

AGRICULTURA ORGÂNICA E AGROECOLOGIA NA MICRORREGIÃO DE ERECHIM/RS: AS AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DO CAPA E DO CETAP

ORGANIC AGRICULTURE AND OF AGROECOLOGY IN THE MICROREGION OF ERECHIM/RS: SOCIO-ENVIRONMENTAL ACTIONS OF THE CAPA AND OF THE CETAP

Shaiane Carla Gaboardi

Mestra em Geografia pela UNIOESTE, Campus Francisco Beltrão
shaianegaboardi@yahoo.com.br

Luciano Zanetti Pessôa Candiotto

Doutor em Geografia e Docente da UNIOESTE, Campus Francisco Beltrão
lucianocandiotto@yahoo.com.br

Resumo

O artigo apresenta uma análise das ações de apoio à agricultura orgânica e à agroecologia desenvolvidas pelo Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) e pelo Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) na Microrregião de Erechim/RS. Os procedimentos metodológicos foram revisão bibliográfica sobre os conceitos de agricultura orgânica e agroecologia; trabalhos de campo na Microrregião para realização de entrevistas junto aos coordenadores e técnicos das referidas ONGs, bem como para conhecer algumas Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) e dialogar com agricultores atendidos por elas. Verificou-se que, ao mesmo tempo em que as instituições promovem a conservação dos agroecossistemas, existem também ações e preocupações relacionadas a aspectos econômicos, culturais e políticos que envolvem a temática da agroecologia. Essa multidimensionalidade da agroecologia, discutida no âmbito teórico, manifesta-se empiricamente nas ações das ONGs e dos agricultores ecológicos na Microrregião de Erechim/RS. Conclui-se que a opção pela agroecologia tem permitido uma aproximação entre sociedade e natureza e contribuído para o protagonismo, autonomia e resistência dos agricultores frente ao agronegócio.

Palavras-chave: Agricultura Orgânica. Agroecologia. Microrregião de Erechim. Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia. Centro de Tecnologias Alternativas Populares.

Abstract

This paper analyses actions that support organic agriculture and agroecology developed by *Center for Support and Promotion of Agroecology* (CAPA) and *Center for Popular and Alternative Technologies* (CETAP) at Microregion of Erechim/RS, Brazil. The methodological procedures were bibliographic review on the concepts of organic agriculture and agroecology; field studies in the Microregion to conduct interviews with the coordinators and technicians of these NGOs, as well as to visit some *Units of Production and Familiar Life* (UPVFs) and dialogue with farmers assisted by them. It was verified that, at the same time that these NGOs promote conservation and

preservation of environmental seeking the sustainability of agrosystems, they also focus on economic, cultural and political aspects, which involves agroecology theme. This multidimensionality of agroecology, discussed in the theoretical framework, is empirically manifested in NGOs and ecological farmers actions in the Microregion of Erechim. It is concluded that the option for agroecology has allowed an approximation between society and nature and contributed to the protagonism, autonomy and to the farmers resistance against agribusiness.

Keywords: Organic Agriculture. Agroecology. Microregion of Erechim. *Center for Support and Promotion of Agroecology. Center of Popular and Alternative Technologies.*

Introdução

No Brasil, sobretudo, após a década de 1960, a base técnica e econômica da agricultura transformou-se, atrelada aos preceitos técnicos e científicos da Revolução Verde, profundamente vinculada à doutrina desenvolvimentista e a um discurso de “modernização” da agricultura. A Revolução Verde induziu um processo de especialização produtiva e a disseminação do empreendedorismo baseado na economia agroexportadora, além da forte dependência de produtos dominados por grandes complexos agroindustriais, como por exemplo, de maquinários agrícolas e agroquímicos.

O Estado brasileiro passou a promover a modernização das áreas rurais, através de incentivos como o crédito agrícola, apoio ao desenvolvimento da pesquisa, assistência técnica, instituição de preços, entre outros. Assim, as relações capitalistas no campo foram intensificadas a partir deste período, levando a diversos impactos sociais e ambientais (WANDERLEY, 2009).

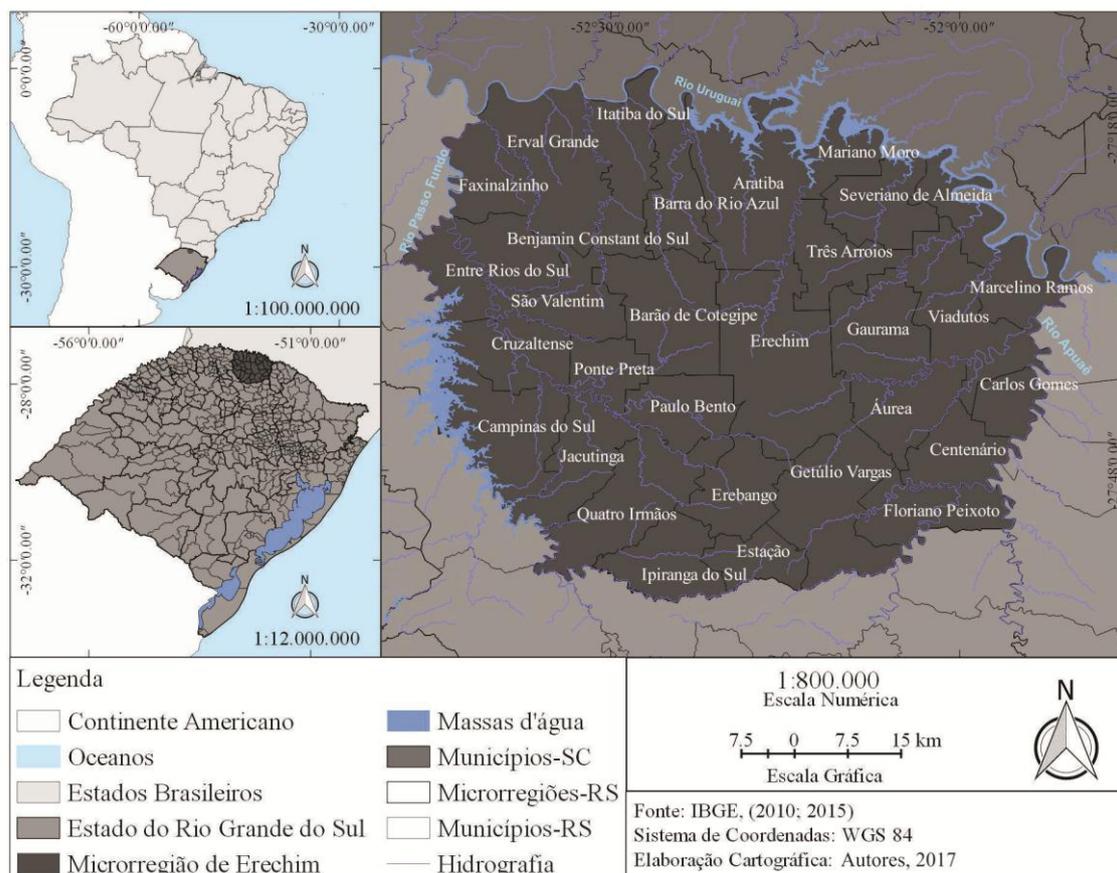
Conseqüentemente, movimentos sociais e organizações populares passaram a questionar e contestar as conseqüências socioambientais danosas da modernização da agricultura. Além da busca pela sobrevivência com dignidade e qualidade de vida, a conservação dos recursos naturais também se tornou bandeira de luta entre movimentos sociais do campo. Nesse sentido, desde o final da década de 1970, estes movimentos e suas instituições representativas ou de apoio vêm lutando por melhores condições de vida. Apesar de existirem diferentes correntes políticas e ideológicas, levando a existência de objetivos distintos entre movimentos e instituições, essa luta tem se dado contra injustiças sociais e danos ambientais, de modo que há uma multidimensionalidade¹ de bandeiras de luta no âmbito da sobrevivência de camponeses no rural brasileiro.

Segundo Fernandes e Leal (2002), estes movimentos vinham buscando fortalecer

sua autonomia, objetivando a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garantisse a soberania alimentar como direito dos povos de definir sua própria política agrícola, bem como a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento com socialização da terra e da renda.

Essas organizações, com diferentes pautas, conforme aponta Loureiro (2003, p. 101) atuaram sob três modalidades não excludentes: “(1) denúncia, protesto e conflito; (2) cooperação, parceria e solidariedade; e (3) construção de utopia societária ou civilizacional”. Entre estes movimentos, na Microrregião de Erechim, estado do Rio Grande do Sul (Mapa 1), destacam-se duas organizações não-governamentais (ONGs), que atuam desde a década de 1980: o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP).

Mapa 1 – Mapa da localização da Microrregião de Erechim/RS



Fonte: Autores (2017).

As duas ONGs vêm procurando atuar de forma articulada, com um objetivo em comum: promover a agroecologia, enquanto forma de resistência à inserção das relações

capitalistas no campo – que têm se dado a partir do agronegócio - e como estratégia de conservação ambiental.

A Microrregião de Erechim, denominação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), localiza-se no Norte do estado do Rio Grande do Sul e é composta por trinta municípios. Ao longo da trajetória do CAPA e do CETAP, as duas organizações têm assessorado e desenvolvido experiências agroecológicas em diversos municípios desta região geográfica.

A modernização calcada na especialização produtiva, adoção de novas tecnologias e a intensificação da mecanização nessa microrregião não fez com que somente a diversidade produtiva fosse perdida. Também ocorreram mudanças e dificuldades na reprodução da condição camponesa, tendo em vista que a agricultura convencional é cara e não atinge uniformemente os agricultores, conforme destacam Mazoyer e Roudart (2010). Assim, tais mudanças contribuíram para intensificar um quadro de exclusão social, endividamentos e subordinação ao capital e ao circuito global de comercialização.

Além dos endividamentos, segundo o IBGE, cerca de 40% da população rural da Microrregião de Erechim migrou para as áreas urbanas no período entre 1991 e 2010. Assim, o forte êxodo rural demonstrou as consequências da questão agrária regional: a especialização produtiva, lograda com a territorialização do agronegócio, efetivou-se desterritorializando populações rurais e concentrando-as em áreas urbanas cada vez mais polarizadas, como na cidade de Erechim.

São problemas como estes que preocupam e despertam a necessidade de compreensão das contradições das formas capitalistas de produção agrícola na Microrregião de Erechim e, também da necessidade de se pensar em outra forma de produzir, que reduza a exclusão social e a degradação ambiental. E é nesse sentido que a agroecologia possui um potencial transformador, conforme salientado em Gaboardi e Candioto (2015).

As organizações não-governamentais CAPA e CETAP possuem papel fundamental no desenvolvimento da agroecologia na Microrregião de Erechim. Elas vêm realizando diversos projetos paralelos às ações do Estado desde a década de 1980, mesmo com escassos recursos e um restrito quadro de técnicos, na luta por uma agricultura baseada nos princípios agroecológicos.

Sabendo do protagonismo histórico no apoio à agroecologia por parte do CAPA e do CETAP, este artigo apresenta e discute a concepção e atuação dessas duas ONGs no âmbito de práticas agroecológicas, que envolve questões produtivas, de formação e organização política, de conservação ambiental, de comercialização, entre outras.

Os procedimentos metodológicos para a construção dos resultados aqui apresentados basearam-se em revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos que orientam o trabalho: *agroecologia* e *agricultura orgânica*; trabalhos de campo em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs)² com produção orgânica; e realização de entrevistas com a coordenadora do CAPA Erechim³, o coordenador do CETAP Erechim, três técnicos do CAPA, dois técnicos do CETAP e 12 famílias atendidas por elas.

O artigo está organizado em três partes principais. Primeiramente, apresenta-se o que tem se entendido por agricultura orgânica e por agroecologia. Posteriormente, aborda-se o contexto de surgimento e o processo de construção da concepção de agroecologia do CAPA e do CETAP, bem como a visão da questão ambiental dentro de cada ONG. Por fim, são apresentadas as principais impressões dos autores acerca das atividades assessoradas pelas duas organizações na Microrregião de Erechim.

Agricultura Orgânica e Agroecologia: fundamentos teóricos e elementos de diferenciação

Durante o século XX, os impactos socioambientais aumentaram significativamente. Após a Segunda Guerra Mundial, o discurso desenvolvimentista buscou promover, entre outras coisas, a modernização das áreas rurais. Um de seus objetivos era aumentar a produtividade e a consequente elevação do Produto Interno Bruto (PIB). Isso fez com que a agricultura passasse a ser entendida como negócio, operando sem levar em conta os ciclos de reprodução dos agroecossistemas, partindo do pressuposto que a ciência poderia resolver tais problemas.

Contudo, ao passo que esse processo de modernização acontecia através da introdução do pacote tecnológico estabelecido pela Revolução Verde, iniciavam-se também as primeiras manifestações da crise ecológica no campo.

Gliessman (2001) afirma que por mais que o sistema de produção global de alimentos tenha sido bem sucedido em âmbito de produtividade e lucro, as técnicas, inovações, práticas e políticas retiraram excessivamente os recursos naturais dos quais a

agricultura depende, como o solo, a água e a diversidade genética natural. Isso levou a um processo de degradação desses elementos da natureza. Além disso, elas criaram também a dependência de combustíveis fósseis não renováveis e forjaram um sistema que cada vez mais retira a responsabilidade de cultivar alimentos das mãos de produtores agrícolas, que estão na melhor posição para serem os guardiões da terra agricultável.

A partir da década de 1970, os casos de degradação ambiental, poluição e contaminação, originaram diversas associações de defesa e proteção da natureza. Desta forma, conceitos e métodos de ecologia, que até então eram conhecidos por uma minoria, passaram a se incorporar na linguagem do grande público. Partindo deste pressuposto, a aplicação desta consciência e sensibilidade à agricultura, desencadeou no que então foi chamada de *agricultura ecológica*, uma forma alternativa à agricultura convencional de manejar os recursos naturais. Entre estas vertentes destacam-se a agricultura orgânica e a agroecologia.

Apesar de caracterizar a chamada agricultura tradicional anterior a Revolução Verde, a agricultura orgânica, no Brasil, teve seus princípios difundidos no início da década de 1970, quando se iniciaram as contradições do sistema convencional de produção. Atualmente, esta é a denominação que prevalece popularmente para designar diversas formas alternativas de agricultura.

A agricultura orgânica não utiliza produtos químicos sintéticos nos processos de produção, elaboração e conservação de seus produtos. Isto tem provocado o desenvolvimento de uma agricultura de substituição de insumos de origem sintética por insumos naturais. Conforme Casado *et al.* (2000) é indubitável que a substituição de insumos artificiais por naturais apresenta certas vantagens derivadas fundamentalmente da menor contaminação que geram. Porém, quando se implementa este tipo de agricultura, a sustentabilidade do agroecossistema segue sendo baixa, já que não se desenvolvem mecanismos de autorregulação do sistema, nem de conservação dos recursos.

Do ponto de vista econômico, este modelo de substituição de insumos, frente ao mercado, tem como objetivo básico a busca de consumidores de alto poder aquisitivo, muito sensibilizados com os problemas de saúde vinculados ao consumo de produtos procedentes da agricultura industrializada, que podem e querem pagar o chamado “custo-benefício”. Assim, há um mercado internacional que tem como destino os países de maior

nível de renda *per capita*, como países do Centro e Norte da Europa, EUA e Japão (CASADO *et al.*, 2000).

O crescimento da demanda por produtos orgânicos acaba favorecendo o monocultivo e a apropriação da agricultura orgânica por parte de empresas. Desta forma, a lógica mercantil capitalista não é questionada nem modificada através da agricultura orgânica. Aspectos sociais, culturais e até mesmo ambientais não são necessariamente considerados nessa corrente. Entre eles, estão o manejo do agroecossistema a partir da otimização do funcionamento e da diversidade do ecossistema; a valorização de práticas e conhecimentos agrícolas tradicionais; a busca por relações de mercado mais justas e pelo fortalecimento dos camponeses e de sua autonomia.

A agroecologia, por sua vez, poderia definir-se como um enfoque teórico e metodológico que, utilizando várias disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária desde uma perspectiva ecológica, que também está aliada a questões socioculturais, econômicas e políticas. Para Altieri (1989) a agroecologia não se limita

[...] a abordar os aspectos meramente ecológicos ou agrônômicos da produção, uma vez que sua preocupação fundamental está orientada a compreender os processos produtivos de uma maneira mais ampla. Isto é, encara os agroecossistemas como unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigadas e analisadas em seu conjunto. Dito de outro modo, a pesquisa agroecológica preocupa-se não com a maximização da produção de uma atividade em particular, mas sim com a otimização do agroecossistema como um todo, o que implica uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas interações existentes entre as pessoas, os cultivos, os solos e os animais (ALTIERI, 1989).

Nesse sentido, a agroecologia incorpora uma perspectiva multidimensional e integrada, tendo como base os agroecossistemas, mas também as pessoas/famílias que vivem nessas áreas e as manejam.

A agroecologia tem sido discutida enquanto prática, ciência e movimento social. A união dessas três perspectivas é fundamental para seu fortalecimento, de modo que as sinergias devem ser aproveitadas e potencializadas. Apesar da existência de diversos e contraditórios discursos sobre sustentabilidade, Altieri (1989) e Gliessman (2001) - autores clássicos da agroecologia - ressaltam a importância da agroecologia para a construção de uma agricultura sustentável.

Para Gliessman (2001), uma agricultura sustentável teria: 1) efeitos negativos mínimos no ambiente e não liberaria substâncias tóxicas na atmosfera e na água

superficial e subterrânea; 2) preservaria e recomporia a fertilidade, preveniria a erosão e manteria a saúde ecológica do solo; 3) usaria a água de forma que permitisse a recarga dos depósitos aquíferos e satisfizesse as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas; 4) dependeria, principalmente, de recursos de dentro do agroecossistema; 5) trabalharia no sentido de valorizar e conservar a diversidade biológica, tanto em paisagens silvestres quanto em paisagens domesticadas; e 6) garantiria igualdade de acesso a práticas, conhecimento e tecnologias agrícolas adequados e possibilitaria o controle local dos recursos agrícolas.

Casado *et al.* (2000) apontam que o potencial agrário dos ecossistemas tem sido captado por agricultores tradicionais através de um processo de ensaio, erro, seleção e aprendizagem cultural, que tem durado séculos. Assim, a partir da crítica às ciências agrárias convencionais, a agroecologia reivindica que o conhecimento mais ajustado do potencial dos agroecossistemas pode ser adquirido mediante estudos de como a agricultura tradicional tem manipulado os ecossistemas agrários. Isso se daria, a partir do reconhecimento de que as culturas campesinas desenvolveram, ao longo da história, sistemas ecologicamente mais corretos de apropriação dos recursos naturais, se comparados aos sistemas agrícolas convencionais predominantes desde a década de 1970.

Outro ponto importante em relação à agroecologia é o fato de que esta pretende se inserir em um novo paradigma em formação, produto da crise dos paradigmas tradicionais e da racionalidade técnico-científica que os tem sustentado. Isso conduz a um novo paradigma emergente de uma representação complexa da realidade.

Conforme Caporal, Costabeber e Paulus (2006), a agroecologia tem como um de seus princípios a ética. Nesse sentido, pensa uma nova relação entre os seres humanos e destes com os demais elementos da natureza. Partindo desses pressupostos, esses autores defendem que a agroecologia é uma revolução paradigmática que ameaça conceitos, ideias e teorias do paradigma convencional. E esse é um dos motivos da grande resistência frente a este novo paradigma no mundo acadêmico e técnico-científico.

Para Altieri e Toledo (2011), a agroecologia está aportando às bases científicas para uma nova “revolução agrária” em escala mundial, visto que os sistemas de produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes energeticamente, socialmente justos e estão fortemente vinculados à soberania alimentar. A agroecologia seria tanto uma ciência como um conjunto de práticas, pois está baseada

em um conjunto de conhecimentos e técnicas que se desenvolvem a partir dos agricultores e de seus processos de experimentação.

A agroecologia enfatiza a capacidade das comunidades locais para experimentar, avaliar e ampliar sua aptidão de inovação mediante a investigação de agricultor a agricultor. Seu enfoque tecnológico tem bases na diversidade, na sinergia, na reciclagem e na integração. Também atende as necessidades alimentares a partir do fomento da autossuficiência e do abastecimento dos mercados locais (ALTIERI; TOLEDO, 2011).

Os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população. Assim, a agroecologia não é somente uma caixa de “ferramentas ecológicas” para serem aplicadas pelos agricultores, mas envolve também as condições culturais e comunitárias em que estão inseridos os agricultores. Sua identidade local e suas práticas sociais são elementos centrais para a concretização e apropriação social de suas práticas e métodos (LEFF, 2002).

Como reação aos demais modelos agrícolas depredadores e a própria agricultura orgânica descomprometida com questões sociais, a agroecologia se configura, portanto, em um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico, como uma ferramenta para a autossuficiência e soberania alimentar das comunidades.

As contribuições do CAPA e do CETAP para o avanço da Agricultura Orgânica e da Agroecologia na Microrregião de Erechim

No contexto da Microrregião de Erechim, desde que as contradições advindas do agronegócio começaram a se mostrar, o CAPA e o CETAP passaram a buscar alternativas para manter os agricultores no campo produzindo de forma ecológica. Assim, a agroecologia passou a ser bandeira de luta e resistência dessas duas organizações populares, no questionamento ao modelo hegemônico de desenvolvimento que tem se mostrado inviável nos planos ambiental e social.

O CAPA é uma organização não governamental (ONG) ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB). A organização surgiu no Brasil no ano de 1978, iniciando suas atividades em junho de 1979, com sede no município de Santa Rosa no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Nesse período, cerca de dois terços dos

membros das comunidades da IECLB desta região eram pequenos agricultores de origem alemã e, aproximadamente, 75% das contribuições para a Igreja, vinham das áreas rurais (GIESEL, 2011).

No final dos anos 1970, os pequenos agricultores já vinham sofrendo com os efeitos da Revolução Verde e isto estava levando ao empobrecimento e o consequente êxodo rural das famílias. Por isso, a IECLB estimulou a criação do CAPA, que na época se denominava Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor. Assim, neste período, os objetivos centrais da organização popular se baseavam em dois pontos principais: manter o agricultor no campo e ser uma alternativa na produção de alimentos sem agroquímicos.

Em 1988, o núcleo de Santa Rosa foi transferido para Erechim, que também sofria as consequências do processo de modernização da agricultura e, neste mesmo ano, o CAPA trocou de nome, passando a se chamar Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. Em 1997 nasceram os núcleos no estado do Paraná e o CAPA Erechim passou a atuar também em municípios do Oeste de Santa Catarina (IDE, 2008).

Atualmente o CAPA atua nos três estados da Região Sul e possui cinco núcleos, os quais abrangem no total 79 municípios. No Rio Grande do Sul são três núcleos: Erechim, Santa Cruz do Sul e Pelotas, sendo que o Núcleo Erechim atende alguns municípios do estado de Santa Catarina. Já no Paraná são dois núcleos atuantes: Marechal Cândido Rondon e Verê.

Desde o seu surgimento o CAPA tem o compromisso de:

[...] não se conformar com injustiças sociais e a agressão à Natureza. O CAPA foi colocado à disposição das agricultoras e dos agricultores familiares para, em conjunto, e com base nos princípios da agroecologia e da cooperação, desenvolver experiências de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização, de formação e capacitação, de saúde comunitária, que sirvam de sinais de que o meio rural pode ser um espaço de vida saudável e de realização econômica para todas e todos (CAPA, 2016).

Entre seus princípios estão “o protagonismo, associativismo, solidariedade, sustentabilidade, respeito ao meio ambiente, entre outros” (CAPA, 2016). Para cumprir tais objetivos, atualmente o CAPA Erechim conta com uma equipe técnica multidisciplinar composta por nove profissionais, como: agrônomos, engenheiro florestal, tecnólogo em agroecologia, economista doméstica, técnica em administração, cientista da computação e técnicos em agropecuária.

Segundo Ingrid Giesel, coordenadora regional do CAPA, a instituição pretende ser uma alternativa para os agricultores familiares, na produção de alimentos limpos (sem agrotóxicos). Atualmente, a instituição trabalha não só com agricultores familiares, mas também, com populações indígenas, quilombolas e pescadores artesanais através de experiências pilotos.

O trabalho com esses diversos sujeitos sempre esteve ligado a uma concepção agroecológica. A relação com a agroecologia está na essência do CAPA desde o início. Porém, na época era chamada de agricultura alternativa. Para o CAPA, a agroecologia se diferencia de outras técnicas, especialmente pela produção de alimentos sem contaminantes, pela preservação ambiental e, conseqüentemente, pelo fortalecimento da agricultura familiar, visto que utiliza de técnicas limpas, de baixo custo e baixo impacto ambiental e à saúde de quem produz e quem consome (HOLLAS, 2013).

Nesse sentido, o CAPA também diferencia a prática da agricultura orgânica da prática agroecológica. Para a instituição, a agricultura orgânica se revela como apenas a substituição de insumos e não há valorização e preocupação com a mão de obra existente. Conforme a coordenadora do Núcleo Erechim, a prática agroecológica é diferente:

Quando a agroecologia é adotada você tem todo aquele conjunto, considerando as dimensões tecnológicas, sociais, culturais, políticas e econômicas. Também realiza o manejo sustentável, valoriza as sementes tradicionais, cultiva alimentos em harmonia com a natureza e a cultura local e de fato muda a forma de pensar do agricultor e da família (GIESEL, 2016).

Para isso, a metodologia de trabalho do CAPA é participativa, priorizando ações que possibilitem que os agricultores sejam reais atores no processo. Giesel (2016) afirma que a instituição tem procurado envolver a família, trabalhando com os agricultores em grupos e associações. A coordenadora também destaca que a mulher agricultora tem papel importante neste processo, visto que tem uma receptividade maior e uma preocupação com a produção de alimentos, em primeiro lugar para a família, e depois para a comercialização.

O desenvolvimento e o apoio à prática agroecológica fez com que a instituição atualizasse seu nome no ano de 2015, passando a se chamar Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia. Segundo Giesel (2016) essa mudança se deu pelo fato de que nos últimos anos o termo “Pequeno Agricultor” tem sido amplamente rejeitado na América Latina. Segundo ela, os agricultores não se reconhecem como “pequenos” tendo esta

expressão uma conotação pejorativa. Além disso, a partir da Política de Justiça de Gênero da Federação Luterana Mundial (FLM) e da Fundação Luterana de Diaconia (FLD) vinha-se percebendo a necessidade de evitar a linguagem não inclusiva na denominação da organização.

A agroecologia no atual nome do CAPA expressa a luta em defesa da segurança e soberania alimentar e nutricional, do ambiente saudável, da biodiversidade, da justiça de gênero, dos direitos dos povos tradicionais, do modo de vida da agricultura familiar e da agricultura camponesa, da valorização da cultura e dos produtos locais e, da interação campo-cidade (CAPA, 2015).

Entre as atividades que o CAPA Erechim desenvolve atualmente estão: 1) a prestação de assessoria para duas cooperativas, a COOPERBIORGA e a COOPERFAS; 2) prestação de assessoria para grupos, associações e escolas; 3) Parceria de cooperação técnica com instituições de ensino, pesquisa e extensão, especialmente a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, Campus Erechim) e a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI, Campus de Erechim); 4) Participação da Comissão Estadual de Produção Orgânica do Rio Grande do Sul (CPOrg/RS), da Plataforma de Articulação e Diálogo (PAD), da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), da Rede Ecovida de Agroecologia, do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Agricultura, Abastecimento e Segurança Alimentar (CONDESA), do Núcleo de Agroecologia do Alto Uruguai (NAAU), do Coletivo Educador do Alto Uruguai; 5) Também há o envolvimento na organização e realização de atividades na Semana Municipal do Meio Ambiente, na Semana Nacional do Alimento Orgânico, nas Conferências de Segurança e Soberania Alimentar e Conferências de ATER e em diversas campanhas, entre elas, a Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida e a Campanha Comida boa na mesa (GIESEL, 2016).

Todas estas atividades demonstram que o CAPA Erechim tem uma grande preocupação em promover uma agricultura baseada nos princípios ecológicos e que propicie maior autonomia e o reconhecimento do trabalho dos agricultores.

O Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), por sua vez, é uma organização não governamental fundada no ano de 1986, no município de Pontão, no Norte do estado do Rio Grande do Sul. A princípio, foi criada e coordenada por um coletivo de movimentos sociais: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a

Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB/MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMC) e uma organização sindical ligada à CUT: a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF-Sul).

Na época, o CETAP foi criado com o objetivo de suprir a necessidade de acompanhamento técnico para os agricultores assentados da Encruzilhada Natalino⁴, principalmente na organização para enfrentar a burocracia dos Bancos, no momento de conseguir crédito e de pleitear tecnologias alternativas para a pequena produção agrícola. Conforme Klein (2013) neste período, a necessidade de acompanhamento era para a agricultura convencional.

No início da década de 1990, o agronegócio já vinha acarretando o empobrecimento, degradação ambiental e exclusão social destes sujeitos. Assim, o viés do CETAP passou a ser outro, a fim de criar uma resistência frente ao modelo do agronegócio. A organização passou a oferecer aos agricultores interessados, técnicas e discussões acerca de uma agricultura ecológica, tendo em vista que até então, trabalhava-se com o viés convencional de agricultura, buscando adaptá-lo às realidades dos assentados e dos agricultores familiares da região (KLEIN, 2013).

Diante de todo movimento de exclusão social e degradação ambiental provocado pela modernização da agricultura, os técnicos e agricultores organizados através do CETAP buscaram a construção de outra proposta tecnológica, de organização da produção e desenvolvimento rural, apresentando como missão: “contribuir para a afirmação da agricultura familiar e suas organizações, particularmente atuando na construção da agricultura sustentável com base em princípios agroecológicos” (CETAP, 2016).

O público atendido pelo CETAP são agricultores familiares, agricultores assentados e organizações urbanas que dialogam com a Economia Solidária. A atuação é prioritária na região Norte do estado do Rio Grande do Sul, mas existem projetos em outras localidades. A fim de aproximar a entidade do seu público, o CETAP possui estrutura descentralizada nos municípios de Passo Fundo, Erechim, Vacaria, Sananduva e Frederico Westphalen.

A unidade de Erechim é responsável por atender a Região do Alto Uruguai Gaúcho (regionalização própria da ONG). Nesta área, o CETAP passou a atuar em 1994,

especificamente com um grupo no município de Três Arroios e, ao longo dos anos, foi construindo outras experiências pontuais. Todavia, a sede da organização popular só se fixou em Erechim no ano de 2001. Naquele período, o CETAP buscava ser uma alternativa de resistência para os agricultores, viabilizando uma agricultura baseada nos princípios da agroecologia.

Até recentemente, o CETAP tinha uma metodologia de trabalho coletiva, com a organização de grupos unidos por afinidades e temáticas. Nesse sentido, além da assistência técnica, a ONG desenvolvia intercâmbios, cursos, oficinas, entre outras ações, com o intuito de promover a agricultura ecológica.

Contudo, nos últimos anos a metodologia do trabalho tem mudado, principalmente pelo fato de que o quadro de técnicos é pequeno. Atualmente, a ONG conta com apenas quatro profissionais para atender cerca de 140 famílias na Microrregião de Erechim. Segundo o coordenador do núcleo de Erechim, esse número de famílias é muito grande para se trabalhar a agricultura agroecológica. Assim, o foco maior da instituição, atualmente, está na comercialização do produto e na geração de renda para o agricultor. Entre os objetivos atuais, Klein destaca:

[...] o principal é promover a agroecologia [...] é continuar tendo gente no campo, fazendo uma agricultura diferenciada, protegendo a natureza, respeitando o meio ambiente, protegendo as águas como um todo, mas também gerando renda, se sustentando, tendo uma boa qualidade de vida, ganhando grana [...] final do mês hoje se tu pegar todas as propriedades, a maioria delas hoje, chega no final do mês é água, é combustível, é luz, é telefone, é criança que tá estudando. Gasto sempre tem e precisa de grana pra isso, ter recurso pra isso. E aí a gente busca isso também. Não chegamos na propriedade trabalhando com o objetivo de ‘muda teu sistema de hoje pra amanhã’, é um processo (KLEIN, 2016).

Por estes motivos, Klein (2016) afirma que não tem se apegado a conceitos. Desta forma, assegura que atualmente a organização não diferencia a agricultura orgânica da agroecologia e tem trabalhado com o termo de “produto ecológico”.

O CETAP Erechim, neste último período, passou a executar políticas públicas de assistência técnica e isso exige uma intervenção individual. Além disso, a maioria destas propriedades trabalha também da forma convencional. Contudo, o coordenador afirma que eles mantêm o princípio de olhar a propriedade de maneira sistêmica, analisando-a como um todo e focando na produção de alimentos baseada nos princípios agroecológicos.

Tanto o CAPA quanto o CETAP são os responsáveis por oferecer assistência técnica aos agricultores que fazem parte da Rede Ecovida de Agroecologia⁵. Esta Rede, entre suas atividades, atua como um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Trata-se de um Sistema Participativo de Garantia (SPG), conhecido no Brasil como certificação participativa.

A OPAC Ecovida é um sistema solidário de geração de credibilidade, de forma que a elaboração e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a efetiva participação de agricultores e consumidores. A certificação participativa é uma forma diferente de certificação que, além de garantir a qualidade do produto ecológico, permite o respeito e a valorização da cultura local através da aproximação de agricultores e consumidores e da construção de uma rede que congrega iniciativas de diferentes regiões (REDE ECOVIDA, 2016).

Outra atividade da Rede Ecovida com amplo envolvimento do CAPA e do CETAP é o Circuito Sul de Comercialização da Rede Ecovida de Agroecologia, que consiste na organização da produção (alimentos que serão produzidos pelos agricultores ecológicos) e da logística de transporte e comercialização dos produtos. Um dos pressupostos do Circuito está no fato de que todos os agricultores envolvidos devem ser beneficiados no processo. Assim, um caminhão leva os produtos para serem comercializados em outros Núcleos da Rede e o mesmo caminhão retorna com produtos que não são produzidos na Microrregião de Erechim.

Além de otimizar o escoamento de produtos dos agricultores ecológicos desta região, o Circuito possibilita o acesso a produtos orgânicos de outras regiões, de modo que o caminhão não circula sem produtos, seja na ida ou na volta. A participação no Circuito promove o processo organizativo e associativista dos agricultores, visto que eles precisam planejar sua produção para atender uma determinada demanda.

Na Microrregião de Erechim, a Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (Ecoterra) no município de Três Arroios/RS, juntamente com o CAPA e o CETAP, são responsáveis pelo planejamento da produção conforme a demanda de produtos para o Circuito. Assim, antes da safra, as ONGs realizam oficinas para orientação de técnicas, manejo, caldas, produção de mudas, etc. Após a colheita, os produtos são destinados para a Ecoterra, a qual reúne o que vem de diversos municípios

e organiza a logística para o destino final, que, atualmente tem sido, principalmente, Curitiba, Florianópolis e São Paulo.

Concepções e ações do CAPA

O trabalho com a agricultura orgânica e a agroecologia dentro do CAPA surgiu a partir dos pressupostos da IECLB, a qual tem uma visão cristã e ética do cuidado com a vida. Partindo destes princípios, a agroecologia para o CAPA irá subentender o cuidado com a pessoa e também com o meio em que ela vive.

Segundo a coordenadora do CAPA Erechim, na agroecologia, a natureza mostra o caminho de uma agricultura socialmente justa e que trabalha em parceria com o meio ambiente. Assim, a conservação dos solos e das nascentes, o plantio de árvores, a cobertura de solo, a não utilização dos agrotóxicos e adubos químicos e o resgate e multiplicação de sementes crioulas, contribuem significativamente para a conservação e para o reequilíbrio da natureza (GIESEL, 2016, depoimento oral).

Na visão da coordenadora, houve avanços e retrocessos em relação à atuação do CAPA na área ambiental nos últimos trinta anos. Os principais avanços estão ligados à produção de alimentos ecológicos para além de frutas e hortaliças, como por exemplo, grãos e alimentos provenientes de agroindústrias. Além disso, destaca o processo organizativo dos agricultores e a pretensão de produzir de uma forma diferente, preservando a própria saúde do agricultor e da terra.

As políticas públicas voltadas para a agroecologia também são consideradas pela ONG como avanços. Contudo, há uma preocupação sobre a aplicabilidade dessas políticas, ou seja, se elas têm conduzido a uma real valorização das pessoas que estão trabalhando com a agroecologia, não só na dimensão produtiva e comercial dos alimentos, mas também na conservação dos recursos naturais.

Na opinião de Giesel (2016), a liberação dos alimentos transgênicos e o uso indiscriminado de agrotóxicos são considerados retrocessos e, demonstram que em um plano nacional, a questão ambiental ainda está em segundo plano. A questão relacionada às sementes crioulas também é considerado um problema, pois apesar de haver o resgate e multiplicação de sementes, existe a dúvida se elas serão suficientes para viabilizar a produção futura.

Outro fator que destaca um dos técnicos do CAPA, é a falta de assistência técnica especializada em agricultura orgânica e agroecologia. A maioria dos órgãos oficiais de assistência técnica, que poderiam estar contribuindo para a promoção da agroecologia na Microrregião de Erechim, tem a metodologia geral focada na agricultura convencional, a qual tem sido prejudicial ao meio ambiente.

Em relação às práticas de agricultura orgânica e agroecológica da ONG, Geisel (2016) destaca que é imprescindível realizar ações que maximizem o bem estar social e que busquem o equilíbrio em longo prazo, entendendo o solo, por exemplo, como um elemento vital e não apenas como substrato, unido a conhecimentos científicos, agronômicos e sociais. O solo enriquecido com adubo orgânico promove o desenvolvimento da vida como minhocas, bactérias e fungos benéficos, que contribuem para o equilíbrio do agroecossistema.

Em relação à água, a ONG busca realizar ações de sensibilização e motivação para seu uso responsável, como a coleta em cisternas, práticas de manejo que favoreçam a infiltração de água no solo e a disponibilidade de água para as plantas, de forma a reduzir a erosão hídrica que promove perdas de solo, nutrientes, matéria orgânica e sementes.

Para a conservação das espécies animais e vegetais, a ONG tem incentivado o cuidado com as áreas de proteção ambiental e disseminado práticas para a recuperação da vegetação nativa e do reaparecimento de predadores naturais. Além disso, tem promovido o resgate, melhoramento e multiplicação das sementes tradicionais, bem como tem resgatado os saberes acerca das propriedades medicinais das plantas, valorizando práticas e costumes culturais.

Conforme o relato da coordenadora e de técnicos do CAPA, percebe-se que os objetivos da ONG vão para além do apoio à agricultura orgânica, de modo que são incorporados fundamentos relacionados a práticas e ao movimento da agroecologia. Portanto, além de ações relacionadas ao manejo, conservação e preservação ambiental, questões relacionadas à saúde, organização coletiva, soberania alimentar (sementes crioulas), qualidade de vida, valorização do trabalho e, de forma indireta, a autonomia componesa, compõem a agenda de trabalho da instituição. Destarte, a recente mudança no nome da sigla CAPA, que passa a ser denominado Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia, denota a centralidade da agroecologia em seu trabalho.

Concepções e ações do CETAP

Os problemas sociais na agricultura, associados às questões ambientais de contaminação de solo, da água, dos alimentos e dos trabalhadores rurais, assim como a erosão genética que fragilizam os agricultores familiares, foram elementos importantes para a busca de outra proposta tecnológica de organização da produção, liderada pelo CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares). Nesse contexto, apesar da ênfase na geração de tecnologias adaptadas à agricultura camponesa, ações de apoio à agricultura orgânica e à agroecologia também foram incorporadas.

Apesar de afirmar que a questão conceitual não é central, Klein (2016) entende que a agroecologia pressupõe uma relação diferenciada com a natureza, na medida em que o agricultor precisa conhecer sua terra para realizar o planejamento dos cultivos e da distribuição da mão de obra. Na agroecologia, o agricultor passa a perceber o potencial que existe em sua UPVF, principalmente no que se refere às plantas, espécies e variedades nativas e crioulas que muitas vezes estão sendo negligenciadas ou subutilizadas.

O CETAP tem se desafiado a implementar, junto aos agricultores familiares, estratégias de uso sustentável das espécies florestais nativas, especialmente as espécies que de alguma forma podem ser utilizadas na alimentação, geração de renda, geração de energia e conservação da biodiversidade. Através da implementação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), o CETAP tem buscado incentivar a produção de alimentos, manutenção da fertilidade dos solos, valorização e manutenção de práticas tradicionais, conservação e manutenção do ciclo hidrológico e da biodiversidade.

Além dos Sistemas Agroflorestais, o CETAP tem incentivado as feiras ecológicas, como é o caso, na área de atuação do Alto Uruguai Gaúcho, da Feira Agroecológica do Bairro São Cristóvão, em Erechim/RS. As feiras possibilitam a valorização de alimentos locais e regionais, oriundos da agrobiodiversidade local. Economicamente, os agricultores melhoram sua renda e qualidade de vida. Além disso, as feiras promovem o processo organizativo dos agricultores, tanto para a produção quanto para a comercialização.

Para o coordenador do CETAP Erechim, a agricultura orgânica e agroecologia contribuem para a conservação da natureza na medida em que não se contamina a terra com produtos químicos. Em segundo lugar, contribui a partir do resgate de sementes e mudas de espécies nativas que estavam desaparecendo, como é o caso do abacate e da

bergamota comum. O processo de certificação participativa também ajuda a cumprir as leis ambientais, a partir do plano de conversão agroecológica, o qual vai determinar, por exemplo, que na UPVF, é preciso fazer a recuperação da mata ciliar e também destinar 20% de área de mata nativa para preservação permanente, na forma de Reserva Legal.

Além disso, o coordenador destaca o fato de a agroecologia estar contribuindo para a recuperação do solo nas UPVFs, principalmente através da adubação verde. A partir da incorporação da matéria vegetal no solo, há o aumento da qualidade biológica, reduzindo a sua compactação.

Outro ponto em que o CETAP está inserido atualmente no que tange a questão ambiental é a campanha contra os alimentos transgênicos. A organização defende que além da contaminação ambiental pelo uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras, os transgênicos colocam em risco as sementes tradicionais pela contaminação genética ocasionada pela disseminação do pólen transgênico.

Percebe-se que o CETAP, apesar de ter seu foco na geração e replicação de tecnologias alternativas e populares, apoia e contribui para o fortalecimento da agroecologia. O trabalho com Sistemas Agroflorestais (SAFs), biofertilizantes e caldas, resgate de sementes crioulas e luta contra as sementes transgênicas, recuperação de matas ciliares, canais de comercialização direta e o planejamento da produção são exemplos de ações relacionadas a agroecologia enquanto prática e movimento social.

Assim, ao passo que a agricultura convencional tem deteriorado o solo, contaminado as águas, a atmosfera, reduzindo a biodiversidade de espécies animais e vegetais, renegando os conhecimentos tradicionais em prol do alto padrão científico, as experiências desenvolvidas pelos agricultores assessorados pelo CAPA e pelo CETAP na Microrregião de Erechim, buscam valorizar todos estes elementos negligenciados (figura 1).

Figura 1 – Atividades desenvolvidas pelo CAPA e pelo CETAP: A) adubação verde, associada à recuperação de mata ciliar; B) resgate de sementes crioulas; C) iscas agroecológicas para repelir insetos; D) comercialização em feiras.



Fonte: Trabalho de campo dos Autores (2017)

As duas organizações, com pautas similares, atuam, portanto, sob três modalidades não excludentes, discutidas por Loureiro (2003): primeiramente, no âmbito da *denúncia e protesto*, ao passo que estão sempre à frente de campanhas combativas, dispostas a lutar por um modelo de agricultura que seja menos ofensivo à natureza e aos trabalhadores da terra. A segunda modalidade é a *atuação em parceria e solidariedade*, visto que todas as atividades só são passíveis de realização pela cooperação entre todos os envolvidos no processo de produção, assessoria técnica e comercialização dos alimentos agroecológicos. E, a terceira modalidade, *construção de utopia societária ou civilizacional*, pela busca da superação de concepções de desenvolvimento e natureza já firmadas em nossa sociedade, onde a busca incessante pelo lucro está acima de qualquer valor ético, moral ou social.

Nesse contexto, a denúncia dos impactos sociais e ambientais negativos do agronegócio por parte do CAPA e do CETAP atendem a primeira modalidade. Os debates

e as ações coletivas em torno da agroecologia correspondem à segunda. Por sua vez, o direcionamento de projetos de vida das famílias com base na agroecologia são fundamentais para a construção da terceira modalidade destacada por Loureiro (2003).

O quadro 1 sintetiza as principais ações realizadas pelas duas ONGs estudadas com o objetivo de fortalecer a agricultura orgânica e a agroecologia na Microrregião de Erechim.

Quadro 1 – Síntese das atividades realizadas pelo CAPA e pelo CETAP na Microrregião de Erechim.

Dimensão ambiental e manejo de produtos orgânicos e agroecológicos	Dimensão política e organizacional da produção orgânica e agroecológica
<ul style="list-style-type: none"> - extrato de plantas e caldas repelentes; <ul style="list-style-type: none"> - biofertilizantes; - adubação verde; - rotação de culturas; - plantas companheiras; - iscas agroecológicas; - recuperação de mata ciliar e construção de cisternas; - resgate e multiplicação de sementes crioulas; <ul style="list-style-type: none"> - Sistemas Agroflorestais. 	<ul style="list-style-type: none"> - assessoria na comercialização em feiras e no Circuito Sul da Rede Ecovida de Agroecologia; - assistência técnica coletiva e individualizada voltada para a produção agroecológica; - assessoria para cooperativas de agricultores orgânicos e agroecológicos; - realização de cursos e oficinas para grupos, associações e escolas; - representação em plataformas de articulação em prol da agroecologia; - organização de seminários regionais sobre agroecologia.

Fonte: Entrevista com os técnicos das instituições. Elaborado pelos autores.

Considerações finais

Durante a realização da pesquisa que originou este artigo, o maior desafio estava em analisar as ações de apoio à agricultura orgânica e à agroecologia desenvolvidas pelo CAPA e pelo CETAP na Microrregião de Erechim, especialmente àquelas voltadas para a conservação ambiental. Entretanto, as características particulares e a complexidade da realidade fazem com que as ações dessas duas organizações efetivem-se para além dos aspectos ambientais, numa perspectiva multidimensional e integrada. Ao mesmo tempo em que as ONGs promovem a conservação e preservação do meio ambiente e da sustentabilidade dos agroecossistemas, focam também nos aspectos econômicos (comercialização e certificação), culturais (conhecimentos tradicionais) e políticos (buscando suprir a falta de assistência técnica governamental e executar ações a partir de recursos oriundos das poucas políticas públicas específicas para produção de alimentos orgânicos/agroecológicos).

As últimas quatro décadas foram as mais devastadoras do ponto de vista socioambiental que a história da humanidade já registrou. Esta experiência, como destaca Porto-Gonçalves (2015), tem nos obrigado a pensar em alternativas ao desenvolvimento, haja vista que a ideologia desenvolvimentista predominante na sociedade moderno-colonial, pressupõe a dominação da natureza e tira o envolvimento e a autonomia que cada povo mantém com seu território.

Na Microrregião de Erechim/RS, esta realidade não foi diferente. A consolidação do agronegócio acarretou na especialização produtiva, especialmente da soja, milho e trigo, em detrimento de outras culturas historicamente produzidas. A imposição e a força do agronegócio acabaram comprometendo a autonomia e a soberania alimentar de várias famílias.

Frente ao quadro de especialização produtiva, endividamentos, êxodo rural, comprometimento da segurança e soberania alimentar, as duas organizações pesquisadas, CAPA e CETAP, passaram a adotar a agricultura orgânica e, principalmente a agroecologia como estratégia para manter os agricultores no campo produzindo alimentos e garantindo a conservação ambiental. Devido ao seu prisma conservacionista, seu caráter multidimensional e seu potencial transformador (GABOARDI; CANDIOTTO, 2015), o qual engloba aspectos naturais, políticos, culturais e também econômicos, a agroecologia tem se mostrado o caminho para a superação desta concepção de que a natureza deve ser explorada/dominada, considerada apenas objeto a ser transformado em mercadoria e, conseqüentemente em dinheiro.

Assim, podemos inferir que o trabalho desenvolvido pelo CAPA e pelo CETAP na Microrregião de Erechim, apesar das suas particularidades e até mesmo contradições, possui duas importantes perspectivas de enfrentamento.

A primeira delas é a superação do desenvolvimento como está posto atualmente, no qual a centralidade é a dimensão econômica, independente da adjetivação atrelada. O ponto de partida que objetivou as experiências mais exitosas encontradas nos trabalhos de campo foi a partir da prática da agricultura orgânica como uma alternativa de renda. Contudo, com o passar do tempo e com a transição agroecológica, outras dimensões da vida dos agricultores passaram a serem consideradas, como a saúde, a satisfação, as questões de gênero, o resgate da dimensão cultural, a conservação dos recursos naturais,

entre tantas outras dimensões que suscitaram e continuam suscitando o protagonismo e a r-existência dos agricultores envolvidos nos projetos das instituições.

A segunda grande perspectiva de enfrentamento é a busca por outro padrão de relação homem/natureza. Inegavelmente, as duas organizações estudadas visam potencializar a prática de uma agricultura que respeite o contexto social e natural em que estão inseridas, propondo uma reavaliação e reconstrução de valores. A partir dos princípios agroecológicos, as ONGs procuram transformar a configuração atual em que a natureza é vista pelo prisma utilitarista, resgatando uma postura ética perante a vida e a natureza, através da oferta de alimentos livres de contaminantes para os consumidores e das opções técnicas e de manejo convergentes com os ciclos naturais dos agroecossistemas.

Desta forma, concluímos que a consolidação do agronegócio na Microrregião de Erechim e a consequente insustentabilidade ambiental, perda da biodiversidade e exclusão social no campo, problemas oriundos da especialização produtiva, nos obriga a pensar e a efetivar outras formas de relacionamento entre os seres vivos.

O caráter multidisciplinar e aglutinador de conhecimentos científicos e tradicionais faz com que a agroecologia se apresente como uma contrarracionalidade, uma alternativa. Contudo, este processo não está dado nem pronto, devendo ser testado e aprimorado por meio de práticas que consigam aliar teoria e empiria, conhecimentos científicos e populares, potencializando o diálogo de saberes.

Notas

¹Essa multidimensionalidade envolve as dimensões econômicas, sociais, culturais, ambientais, políticas e técnicas.

² O conceito de UPVF é específico para estabelecimentos rurais da agricultura familiar e/ou camponesa e não engloba somente a dimensão produtiva da unidade familiar, mas também outras dimensões da vida, como as relações sociais, políticas, valores culturais, sentimentos e identidades (CANDIOTTO; MEIRA, 2014).

³ Denominação utilizada pelo CAPA. O termo *Erexim* se trata de um topônimo de origem Tupi-Guarani, portanto, escreve-se com x. Contudo, a reforma ortográfica de 1943 instituiu a alteração da grafia destes topônimos indígenas nos casos em que estes não atingissem o mínimo de 100 anos de existência. Assim *Erexim* passou a se grafar *Erechim*.

⁴ Experiência de organização do primeiro acampamento de agricultores sem terra no Rio Grande do Sul, no início da década de 1980, em Ronda Alta/RS. Fundamental por contribuir decisivamente na organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e na luta pela reforma agrária.

⁵ A Rede Ecovida foi criada no ano de 1998 por pessoas e organizações da Região Sul do Brasil, com o intuito de organizar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar ecológica. Atualmente, a Rede está organizada em núcleos regionais presentes nos três estados da Região Sul.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecología**: bases científicas para una agricultura sustentable. Montevideo: Nordan-Comunidad. 1989.

ALTIERI, Miguel; TOLEDO, Víctor M. The agroecological revolution of Latin America: rescuing nature, securing food sovereignty and empowering peasants. **The Journal of Peasant Studies**. Tradução de Pablo Alarcón-Chaires. Vol. 38, n. 3, jul. 2011, p. 587–612.

CANDIOTTO, Luciano Z. P.; MEIRA, Suzana G. Agricultura orgânica: uma proposta de diferenciação entre estabelecimentos rurais. **Campo-Território**, v. 9, n. 19, p. 149-176, out., 2014.

CAPA. **O Recado da Terra: boas raízes para novas gerações**, ano xx, n. 41, dez., 2015.

CAPA. **Núcleo Erechim**. Disponível em: <<http://capa.org.br/>>. Acesso em: 16/06/2016.

CAPORAL, F.R; COSTABEBER, J.A; PAULUS G. Agroecologia: Matriz Disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, 2006.

CASADO, Gloria Guzman; GONZALEZ DE MOLINA, Manuel; GUZMAN, Eduardo Sevilla. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

CETAP. **Missão e objetivos**. Disponível em: <<http://www.cetap.org.br/site/missao-e-objetivos/>>. Acesso em: 16/06/2016.

FERNANDES, Bernardo M.; LEAL, Gleison M. Contribuições teóricas para a pesquisa em Geografia Agrária. In: IV Encontro Nacional de Pós-graduação em Geografia, 2002, São Paulo. **Anais....** São Paulo: Anpege, 2002. CD-ROM.

GABOARDI, Shaiane C; CANDIOTTO, Luciano Z. P. O caráter interdisciplinar e o potencial transformador da agroecologia. In: XI Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, 2015, Presidente Prudente, SP. **Anais...** Dourados, MS: UFGD Editora, 2015. CD-ROM.

GIESEL, Ingrid M. Depoimento Oral. Erechim, 2011.

GIESEL, Ingrid M. Depoimento Oral. Erechim, 2016.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: Processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

HOLLAS, Victor. Depoimento Oral. Erechim, 2013.

IDE, Hans-Ullrich. **A gente pega junto**: protagonismo na agricultura familiar. Porto Alegre: [s.n], 2008.

KLEIN, Edson. Depoimento Oral. Erechim, 2013.

KLEIN, Edson. Depoimento Oral. Erechim, 2016.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar. 2002.

LOUREIRO, Carlos F. B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico**: uma abordagem política. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurece. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Espaço e Poder em questão: uma perspectiva desde a subalternidade. In.: MIDITIERO JUNIOR, M. A.; GARCIA, M. F.; VIANA, P. C. G. (Orgs). **A questão Agrária no Século XXI**: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Histórico**. Disponível em:
<<http://www.ecovida.org.br/>>. Acesso em: 15/06/2016.

TRIVELLATO, D. Maria; FREITAS, B. Gilberto. Panorama da agricultura orgânica. In: STRINGHETA, C. Paulo; MUNIZ, N. José. **Alimentos Orgânicos**: produção, tecnologia e certificação. 1ª Ed. Viçosa: Editora UFV, 2003.

WANDERLEY, Maria N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, edição especial, p. 33-45, 2009.

Recebido em 27/04/2017. Aceito para publicação em 23/07/2018.
